O conselho de Segurança Pública se reuniu no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá, no Centro de Santa Maria de Jetibá no dia 22 de maio de 2023.

A reunião iniciou às 13h50, com a fala do Sr. Presidente Hoquécio. O Presidente ressalta que não houve reuniões anteriores devido à falta da instalação efetiva da Secretaria de Defesa Social, que agora, fora iniciada com a nomeação do Secretário Sr. Vitor Dimitri da Luz, ainda, afirma que a necessidade principal de Santa Maria de Jetibá para o tema de segurança pública é a criação da Guarda Municipal e propõe a instalação de grupo de estudo para acelerar a criação da Guarda Municipal. Hoquécio falou também sobre os problemas das drogas e disputa de território no Município. Claudemar fala sobre a necessidade da instalação de um Regimento Interno para o Conselho. Vitor Dimitri atenta para as atas e menciona da necessidade de registros das ações por meio de documentos do conselho, também afirma que pediu a alteração da legislação do conselho a fim de ajustar as questões administrativas, bem como a inserção da secretaria na Lei do conselho. Ainda adverte os Conselheiros, mencionado que o conselho não fez o dever de casa, pois não houve reunião nesse interlúdio.

Vitor solicita a regulação também do Fundo Municipal do Conselho de Segurança, a fim de angrariar recursos e solicita esclarecimento para saber como está o saldo que há na conta, se há ou se não recursos.

Egnaldo Andreata fala que há necessidade de atualizar os documentos do Conselho de Segurança para ativar o fundo financeiro do Conselho de Segurança a fim de realizar as ações concretas empregando o recurso.

Por derradeiro, Vitor pede a organização do Conselho e propõe que o Conselho passe a ser deliberativo com a finalidade de receber recursos. O Presidente fala que o canal oficial para comunicação entre os conselheiros será o WhatsApp e que, mesmo que haja um regimento interno em construção, ele te entregará uma minuta de alteração. Ficou decidido entre os conselheiros que na semana seguinte a SEDES apresentará uma proposta de alteração da lei que regulamenta o conselho. Também ficou decidido por unanimidade para notificar as entidades que não se fazero